

apresentação

presentation

A presente edição da *História Econômica & História de Empresas* traz diferentes contribuições no campo da história da economia brasileira e da história do pensamento econômico, com diferentes temas, abordagens e períodos abarcados. De antemão, agradecemos ao trabalho minucioso e competente dos autores, editores, pareceristas, revisores e diagramadores que ajudaram a produzir habilmente a revista.

O primeiro artigo “A transição para o trabalho livre no Brasil: uma hipótese a partir da nova economia institucional”, de autoria de Luiz Paulo Ferreira Nogueról e Adriano José Pereira, trata de um tema clássico da história econômica brasileira de uma maneira inovadora. A partir da perspectiva da nova economia institucional, os autores apresentam um conjunto de hipóteses sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Rejeitando por um lado o instrumental marxista, presente em grande parte dos trabalhos sobre a área, e as considerações de viés marginalista, indicada pela crítica a Domar, os autores trazem um elemento estimulante a um tema talvez um pouco gasto na produção atual. Outro aspecto importante é a utilização de comparações entre a situação brasileira e a de outros países americanos, ponto que certamente interessa a todos os historiadores de diferentes orientações teóricas.

O segundo conjunto de artigos aborda diferentes realidades locais da formação do capitalismo brasileiro a partir do final do século XIX. O texto de Fernando Antonio Abrahão, “A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940”, contribui com uma análise ancorada nos inventários *post-mortem*, fonte clássica para os historiadores. A localidade escolhida pelo pesquisador também é um caso paradigmático das rápidas transformações operadas pela economia cafeeira no oeste paulista. O período escolhido prossegue as investigações anteriores realizadas para Campinas na pesquisa de Dora Isabel Costa, mas sem a ênfase na demografia histórica. O autor indica a distribuição da riqueza campineira

do período em imóveis, ativos financeiros e estoques, escravos e outros bens, ressaltando a curiosa proeminência das aplicações imobiliárias na elite campineira ao longo do período estudado.

O artigo “Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX)”, de William Eufrazio Nunes Pereira, analisa de forma mais geral outra localidade brasileira em período similar. O autor aponta a importância da produção algodoeira na economia da cidade paraibana, vinculada à demanda internacional, previda pela falta do fio em decorrência das guerras, e das outras regiões do país, com o crescimento da indústria têxtil brasileira. Na I República, o algodão será a base principal das receitas estaduais da Paraíba e Campina Grande tornar-se-ia o principal entreposto mercantil na região. Assim como o café em São Paulo, o algodão fomentou o surgimento de indústrias no processo de diversificação econômica. Contudo, fatores climáticos e econômicos marcariam disputas entre o algodão paraibano e a produção paulista a partir de 1918, com predomínio dessa última na década de 1930.

O terceiro grupo de artigos da revista traz análises dedicadas à interessante história dos transportes no país. Em “História e historiografia dos transportes na Corte imperial”, Guilherme Sedlacek e Marcus Vinicius Kelli apresentam tanto um balanço da historiografia sobre o tema na época do império quanto um estudo de caso sobre a fabricação de veículos de tração animal pela família Röhe, de origem alemã e estabelecidos no Rio de Janeiro. Segundo os dados compilados pelos autores, as companhias ou sociedades anônimas dedicadas ao transporte apresentaram o maior número de registros entre 1861 e 1889, obtendo grande impulso a partir da década de 1870. O estudo de caso apontado pelos autores traz a luz informações importantes sobre a história dos transportes urbanos em uma literatura dominada pela história das ferrovias.

Abordando época diversa e adotando um escopo espacial mais amplo, o artigo de Guilherme Grandi, “Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil de 1945 a 1960”, realiza inicialmente um balanço dos desenvolvimentos da ampla bibliografia sobre a história ferroviária brasileira, articulando-a com o caso norte-americano. O autor prossegue sua análise procurando vincular as transformações ocorridas na malha ferroviária do país com as mudanças provocadas pelas políticas econômicas do período, que constituiriam um “programa de desenvolvimento

nacional”. Por fim, o autor busca relacionar o conceito de desenvolvimento econômico com a história dos transportes.

Outro conjunto de artigos dessa edição é dedicado à história monetária e financeira. O artigo de Martín Cuesta, “Un acercamiento a la evolución de los precios y salarios en Mendoza y Buenos Aires en el siglo XX”, volta-se à famigerada história dos preços, área crucial para o desenvolvimento da história econômica ao longo do século XX. De forma minuciosa, o autor selecionou dados dos preços e salários de duas cidades argentinas representativas de realidades econômicas distintas, problematizando a construção das cestas de consumo de referência e a generalização do caso portenho para o heterogêneo e amplo panorama argentino. Deve-se destacar ademais o grande esforço realizado pelo autor na coleta e construção dessas séries estatísticas.

O artigo de Samir Sayed, “Os efeitos das crises financeiras de 1929 e de 2008 no Banco do Brasil S.A.”, concentra-se sobre o caso do Banco do Brasil, enquadrando-se em um debate mais amplo realizado por economistas e historiadores acerca das semelhanças e diferenças entre a crise de 29 e a crise de 2007-2008. O autor utiliza como fontes as demonstrações contábeis da instituição e emprega conceitos recentes para o estudo comparativo dos dois períodos, realizando uma análise instigante de economia retrospectiva. A partir de diferentes variáveis selecionadas, o autor conclui que a crise de 29 foi mais severa para o Banco do Brasil do que a crise vivenciada ao início do século XXI.

Voltado à história do pensamento econômico, o último artigo dessa edição, “Entre avanços e inconsistências: as contribuições de Nicholas Kaldor, Michal Kalecki e Joan Robinson para a teoria pós-keynesiana da distribuição de renda”, escrito por Kaio Glauber Vital da Costa, apresenta uma análise aprofundada sobre os vínculos entre modelos de crescimento e distribuição de renda nos teóricos indicados, notando diferenças na abordagem realizada pela escola de Cambridge e aquela efetuada por Kalecki.

Como sempre, desejamos a todos uma boa leitura!

Comissão Editorial